

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Saúde se rende ao CPF

O Ministério da Saúde deve apresentar, esse mês, o projeto para que o CPF seja a única forma de cadastro no Sistema Único de Saúde (SUS). O ministro Alexandre Padilha ligou para o deputado Júlio Lopes (PP-RJ), no começo da semana, para avisá-lo. Lopes é o grande defensor do CPF como “o número único de todos os brasileiros”.

## O erário agradece

A medida vai facilitar o uso do SUS como um todo, principalmente no quesito de identificação do usuário. Atualmente, há mais de 360 milhões de cadastros na saúde, ou seja, um número maior do que o da população. Júlio Lopes calcula que essa medida deve gerar cerca de R\$ 20 bilhões de economia na Saúde.

## Mais um

Alguns setores econômicos estão incomodados com a negociação entre o Ministério do Trabalho e o deputado Luiz Gastão (PSD-CE) sobre o estatuto do menor aprendiz na Câmara, para que a proposta seja votada logo. O imbróglio é que o texto da relatora, deputada Flávia Moraes (PDT-GO), prevê a criação de uma “contrapartida financeira” das empresas que comprovarem não conseguir cumprir os percentuais de cotas devido à natureza de seu serviço, caso das empresas de segurança.

## E tem mais

Para o meio empresarial, o aval do Ministério do Trabalho ao relatório de Flávia Moraes cria uma espécie de “Fundo Nacional do Menor Aprendiz”. Na visão do mercado, é mais um imposto criado pelo governo com intuito arrecadatório. Embora o ministério tenha reconhecido que a natureza de alguns setores não permite que a meta de cotas seja atendida, ainda assim cobrará uma compensação. O deputado Luiz Gastão trabalha para que a proposta vá a votação na próxima semana, no plenário da Câmara.

# Lula precisa recalcular a rota

A contar pelas conclusões de encontros reservados em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisará ajustar o discurso, saindo do bordão “ricos contra pobres” e buscar outros caminhos, se quiser ser reeleito em 2026. Em conversas reservadas, muitos dizem que os programas sociais do governo federal são vistos pela população como política de Estado. Afinal, desde que o petista juntou os programas sociais de transferência de renda da gestão Fernando Henrique Cardoso, transformando-os no Bolsa Família, essa iniciativa jamais foi desfeita. No caso do Minha Casa, Minha Vida, Jair Bolsonaro mudou o nome do programa, mas não extinguiu tudo. Quem avalia cada passo da população acredita que o “rico contra pobres” não dará a Lula a parcela de que ele precisará para vencer a oposição de centro e de direita. Só tem um

probleminha: O PT acredita que o tom do discurso está certo. E não pretende sair dessa toada.

**Esse conhece/** Em Portugal, onde participa do XIII Fórum de Lisboa, o ex-ministro Nelson Jobim, que ocupou posições de destaque na República, colocou de público o que há meses diz em conversas reservadas: Que Lula parece não entender que a vitória em 2022 foi fruto da rejeição e dos erros cometidos pelo então presidente Jair Bolsonaro. Jobim foi ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso, e do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo próprio FHC. No governo Lula 2, foi chefe da Defesa. A contar pela forma preocupada com que descreveu o cenário atual do Brasil, em que o sistema presidencialista, como está, não funciona mais, o presidente não perderia nada se chamasse Jobim para um jantar reservado no Alvorada.



## CURTIDAS

**Ensaio de reconciliação/** Afeito aos signos da política, o ministro de Porto e Aeroportos, Sívio Costa Filho (Republicanos-PE), visitou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Silvinho, como é chamado pelos amigos, trabalha para reforçar a ala desses dois partidos no apoio ao governo. O chefe da pasta esteve, ainda, com o presidente do PT, senador Humberto Costa.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



**Por falar em PL.../** O partido bem que tentou, mas não conseguiu viabilizar a eleição por urnas eletrônicas, porque muitos estados não aceitaram ceder às urnas do partido. Na eleição do presidente do PT, em 6 de julho, mais de 1 milhão de filiados votaram em cédula de papel. Ainda não se sabe se o resultado será conhecido ainda na noite de domingo.

**Pelas mães/** A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) participará de um evento de direitos humanos, amanhã, na capital portuguesa, que sedia também o XIII Fórum Lisboa. A senadora, entretanto, não vai ao Fórum. Ela, no sábado, em um encontro com as “mães de Haia” brasileiras que terminam longe dos filhos por decisão da corte internacional. Essa é uma das pautas prioritárias da ex-ministra da Mulher no governo Bolsonaro.

**O toque de Miriam/** Se tem algo que deixa a secretária-executiva da Casa Civil da Presidência da República, Miriam Belchior, meio incomodada é... gravata torta. Quando seus amigos chegam lá com o nó da gravata malfeito, ela logo ajeita.

## CONGRESSO

# Zambelli pede acareação

Defesa da deputada foragida pediu procedimento entre ela e Walter Delgatti, também condenado pelo STF

» WAL LIMA

A defesa da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), foragida após ser condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), apresentou na Câmara dos Deputados um pedido de acareação entre a parlamentar e o hacker Walter Delgatti — também condenado por invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CCJ). Ao **Correio**, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, deputado Paulo Azi (União-BA), disse que o colegiado deve definir, na próxima semana, a apresentação de um plano de trabalho para discutir sobre o caso.

Azi escolheu o deputado Diego Garcia (Republicanos-PR) para a relatoria do processo de perda do mandato de Zambelli. Ele terá cinco sessões para apresentar seu parecer. “Apresentarei um relatório técnico com base na Constituição Federal. Na CCJ, o documento será analisado e votado por 66 deputados e, após isso, ele será levado para votação em plenário”, afirmou o relator.

Carla Zambelli foi condenada a 10 anos de prisão, além da cassação, inelegibilidade e pagamento de multa de R\$ 2 milhões. No entanto, a parlamentar fugiu para a Itália. O Brasil solicitou a extradição da bolsanarista.

Segundo a investigação da Polícia Federal, a deputada e Delgatti Netto invadiram seis sistemas do Judiciário por 13 vezes. Eles inseriram 16 documentos falsos, incluindo um mandado de prisão contra o ministro do STF Alexandre de Moraes e ordens para quebra de sigilo bancário e bloqueio de bens do magistrado.

No entanto, os advogados argumentam que o processo contra ela contém irregularidades e violações

Reprodução/X



Zambelli e Walter Delgatti foram condenados por invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça

constitucionais. Eles pediram o direito a novo julgamento, desta vez pela Segunda Turma do STF. A defesa também alegou, na Câmara, que a deputada estaria sendo alvo de perseguição política e que Delgatti não tem credibilidade para acusá-la. “Esse indivíduo, que já foi qualificado como ‘mitômano’ e ‘mentiroso compulsivo’ pela própria Polícia Federal, demonstrou incapacidade de manter uma narrativa coesa”, diz.

Em junho, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), encaminhou para a análise da CCJ o pedido do STF para cassar o mandato da parlamentar. Zambelli terá

um prazo de até cinco sessões da comissão para apresentar sua defesa. Em até mais cinco sessões, o colegiado deve concluir a análise do caso. Independentemente do resultado, a análise final ficará por conta do plenário da Câmara dos Deputados — onde são necessários os votos de 257 deputados para confirmar a perda do cargo.

Os advogados negam envolvimento da deputada com o hacker e afirmam que ouvi-lo é necessário para “dirimir eventuais contradições e confrontar as versões apresentadas”.

Além de Delgatti, a defesa de Zambelli pede para que sejam

ouvidos o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ex-ministro da Defesa; Michel Spiero, assistente técnico da defesa; Flávio Reis, delegado da Polícia Federal; e Felipe Monteiro, que fundamentou as acusações.

## Sugestão do PL

O líder do PL na Câmara, deputado federal Sóstenes Cavalcante (RJ), sugeriu que Carla Zambelli cumpra pena à noite e trabalhe durante o dia no Congresso, caso seja presa pela polícia.

“Já tivemos dois parlamentares que tiveram casos



Apresentarei um relatório técnico com base na Constituição Federal. Na CCJ, o documento será analisado e votado por 66 deputados e, após isso, ele será levado para votação em plenário”

Diego Garcia,  
deputado federal

semelhantes, que cumpriram suas penas à noite e trabalhavam aqui durante o dia. Se for necessário, com a Carla será igual”, disse. O político também afirmou que o partido “não abandona nenhum dos seus soldados”.

Em 2018, o então senador Acir Gurgacz (PDT-RO) foi autorizado, pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, a retomar suas atividades no Legislativo após ser condenado a quatro anos e meio de reclusão em regime semiaberto por desvio de finalidade na aplicação de financiamento obtido em instituição financeira oficial. (Com Agência Estado)

## SEGURANÇA

# Mudança em progressão de pena é aprovada

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta semana, um projeto de lei que aumenta o tempo necessário para progressão de pena em crimes hediondos. Atualmente, um detento pode conseguir migrar para o regime semiaberto depois de cumprir pelo menos 40% da sua sentença. O projeto prevê que esse prazo aumente para 80%. A proposta deve ser analisada pelo Senado.

O texto, sugerido pelo deputado Alfredo Gaspar (União-AL), elevava o período em regime fechado apenas para prisioneiros condenados por homicídio de policiais e militares na ativa ou de parentes de até terceiro grau destes.

O relator do projeto, deputado federal Alberto Fraga (PL-DF), líder da bancada da bala, alterou a redação ao aceitar emenda proposta pelo deputado Marcel van Hattem (Novo-RS), e incluiu todos os crimes hediondos no aumento de tempo mínimo para progressão de pena.

Alguns exemplos de crimes hediondos são homicídio, lesão corporal dolosa de natureza gravíssima, extorsão mediante sequestro, estupro, comércio ilegal de armas de fogo, favorecimento da prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e outros.

Por meio de publicação nas redes sociais, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), comemorou a aprovação do projeto de lei na Câmara. “Antes, assassinos e esturpadores não cumpriam nem metade da pena e já iam para o semiaberto. Agora, terão que cumprir no mínimo 80%”, escreveu. (AE)